PESQUISA
DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

AGENDA PÚBLICA 15 ANOS

Percepções sobre sustentabilidade nas 10 maiores capitais brasileiras

> **Os serviços públicos são a porta de entrada para a cidadania, uma forma de enfrentar diferentes desigualdades. Avaliar o acesso e a qualidade dos serviços públicos é medir nosso desenvolvimento e projetar nosso futuro.**
>
> **Sergio Andrade,**
> cientista político e diretor executivo da Agenda Pública.

A Pesquisa Percepções sobre Sustentabilidade nas 10 maiores Capitais Brasileiras é parte da I Edição da Pesquisa Nacional Qualidade dos Serviços Públicos nas Capitais Brasileiras, realizada pela Agenda Pública.

Um dos componentes da Pesquisa Nacional é a avaliação de percepções e opiniões sobre sustentabilidade nos municípios, elaborada a partir de uma pesquisa de opinião compreendendo mais de 40 questões. A sondagem foi feita com 3.024 pessoas nas dez maiores capitais do país. Este factsheet trata deste componente.

É comum a associação entre sustentabilidade e pautas ambientais, mas o significado do termo é muito mais amplo. Para evitar essa associação e captar percepções sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelos municípios, as perguntas da pesquisa não mencionam explicitamente os ODS, abordando-os de maneira indireta.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um relatório que trouxe a público e consolidou a definição de desenvolvimento sustentável, ao apontar que se trata do desenvolvimento "que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades." Ou seja, o desenvolvimento sustentável busca atender tanto às necessidades humanas quanto às ambientais.

A Assembleia Geral da ONU lançou, em 2015, o documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", consolidando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, reunidos no quadro de resultados a que chamamos Agenda 2030. Mas a história dos ODS não começou em 2015: essa nova agenda de desenvolvimento potencializou e substituiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) lançados no ano 2000.

De acordo com a ONU, "Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade."

Fonte: Estratégia ODS

Se a ONU reúne representantes de países, por que falar sobre municípios? Porque a implementação de grande parte dos ODS está atrelada ao oferecimento de serviços públicos básicos. Esses serviços "da ponta" geralmente são de responsabilidade das prefeituras: pelo menos 65% das 169 metas dos ODS dependem dos governos locais para serem implementadas (OCDE, 2020). O Brasil não realiza acompanhamento oficial do cumprimento da Agenda 2030 em seus municípios, porém publica um levantamento em nível nacional. A pesquisa apresentada aqui, desenvolvida pela Agenda Pública, tem o objetivo de avaliar os ODS em âmbito local, mas a partir de percepções dos usuários dos serviços públicos.

Desafios para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Como a Agenda é para 2030 e estamos em 2023, restam apenas 7 anos para sua conclusão. Por isso, é essencial avaliar os avanços e acelerar sua implementação, para que seja possível atingir os ODS a tempo. Devido a diversos fatores, com destaque para a recente pandemia de Covid-19, a consecução da maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está atrasada. Algumas escolhas políticas também contribuíram para o atraso. No Brasil, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) foi extinta em abril de 2019 e só foi reinstituída em setembro de 2023, com a participação da Estratégia ODS, coalizão formada por governos, empresas e pela sociedade civil para impulsionar a Agenda 2030 no país.

O VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 é categórico: em 2022, das 168 metas originalmente aplicáveis ao país, apenas uma teve progresso satisfatório. Isso nos acende um alerta e impõe a necessidade de potencializar a implementação dos ODS nos próximos sete anos.

Missão 2030: O prazo para agir está se estreitando. Restam apenas 7 anos. Por isso, a Agenda Pública, em conjunto com a Estratégia ODS, lançou em 2022, durante o Festival ODS, um conjunto de propostas para acelerar o esforço brasileiro para o cumprimento das metas previstas para 2030. Trata-se do BR22+8, iniciativa formulada no contexto da eleição presidencial e que defende uma agenda de desenvolvimento baseada em princípios de sustentabilidade e inclusão para recuperar e dinamizar a economia do Brasil. Para cumprir essa missão até 2030 será inevitável priorizar objetivos e meios de implementação (governança, gestão e recursos financeiros), com foco em estratégias que tenham maior impacto no conjunto dos ODS e, portanto, no desenvolvimento de forma mais ampla. A síntese dessas estratégias deve estar refletida nos Planos Plurianuais (PPAs) de cada ente governamental, bem como na ambição dos demais atores do setor privado e das empresas.

Metodologia

A pesquisa de avaliação de percepções e opiniões foi desenvolvida em parceria com o Instituto IDEIA.

Somente foram entrevistadas na pesquisa de percepções e opiniões pessoas que utilizaram os serviços públicos nos últimos 12 meses. Pessoas que responderam "não sei/não lembro" não continuaram a entrevista.

A coleta dos dados foi feita via painel mobile entre 28 de setembro de 2023 e 01 de outubro de 2023.

A amostra de entrevistados foi estabelecida a partir de cotas variáveis, segundo a distribuição da população (PNAD 2023 e Censo 2010):

- Gênero: Fem e Mas (53/47)
- Idade: 18-34 e 35-99 (35/65)
- Classe: AB e CDE (30/70)

O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada, de 3 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

É importante ponderar o que os usuários avaliam. Essas impressões se mesclam, por exemplo, com sentimentos sobre aprovação do gestor, sobre o canal de atendimento ou serviço propriamente utilizado. Além disso, é comum que usuários insatisfeitos manifestem sua opinião com maior frequência. A metodologia da pesquisa foi cuidadosamente elaborada para evitar esse tipo de viés.

Principais constatações

Áreas políticas com as piores avaliações em cada cidade:

- Saúde pública: Salvador, Fortaleza, Recife, Goiânia e Belém;
- Redução da pobreza e desigualdade: São Paulo e Belo Horizonte;
- Promoção de paz, justiça e segurança: Rio de Janeiro;
- Escuta ao público e participação cidadã: Manaus.

Essas avaliações evidenciam o impacto negativo da pandemia de Covid-19 na consecução dos ODS, pois houve deterioração dos serviços de saúde, com aumento da demanda e redução do orçamento, e incidência de um novo ciclo de empobrecimento da população e de crise econômica.

De forma geral, a maior parte das áreas foi avaliada negativamente, ressaltando a importância da aceleração da implementação da Agenda 2030 nos próximos 7 anos para que os ODS sejam alcançados.

Em 5 dos 10 dez municípios pesquisados, a maior parte dos entrevistados concorda que a prefeitura esteja garantindo acesso à água potável, esgoto e coleta de lixo de forma igualitária. Esse é o indicador com a maior quantidade de cidades em que as avaliações foram predominantemente positivas. Entretanto, os dados numéricos revelam um panorama distinto do apresentado pela percepção dos entrevistados. De acordo com o Ranking do Saneamento 2023, entre as 20 cidades com os melhores serviços de saneamento estão São Paulo, Curitiba e Goiânia. Entre as 20 piores estão Belém, Manaus e Recife. Ocupam posições intermediárias o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza.

Todas as áreas avaliadas tiveram incidência alta de respostas neutras ("nem concordo nem discordo"), o que pode indicar um desconhecimento das políticas que podem ser implementadas para manutenção e melhoria dos serviços públicos. Entretanto, isso não invalida as percepções dos usuários sobre a qualidade do serviço em si – percepções que devem ser levadas em consideração pelo poder público para o estabelecimento de prioridades e objetivos. O maior percentual de avaliações neutras está na igualdade de gênero, área em que o Brasil precisa de grandes avanços, ocupando posição 94 entre os 146 países avaliados pelo Global Gender Gap Report, indicador elaborado pelo Fórum Econômico Mundial.

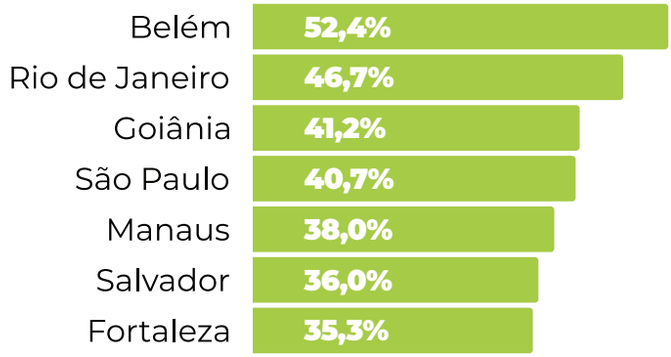
DESAFIOS

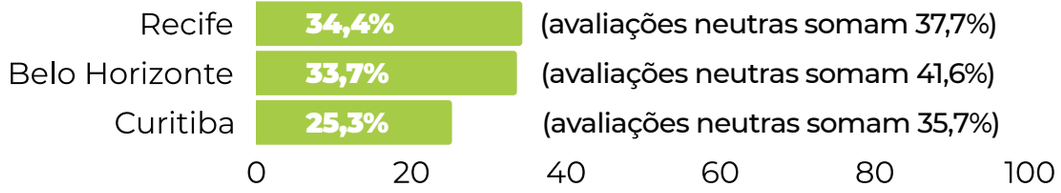
No geral, os usuários não percebem ações consistentes para implantação dos ODS por parte das prefeituras.

A prefeitura está trabalhando para melhorar a qualidade da educação?

Em 7 das 10 capitais pesquisadas, a maior parte dos entrevistados pensam que a prefeitura não tem trabalhado para melhorar a qualidade da educação municipal. A capital com a pior avaliação é Belém, onde 52,4% dos entrevistados não estão satisfeitos com os serviços de educação. As exceções são Recife, Belo Horizonte e Curitiba, onde a maior parte dos entrevistados expressam opiniões neutras sobre a melhoria educacional. Existe uma diferença considerável nas capitais Belo Horizonte e Curitiba entre o percentual de avaliações neutras e de avaliações negativas.

Percentual de avaliações negativas





Q24.1 A prefeitura está trabalhando para melhorar a qualidade da educação. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

O ODS 4 tem por objetivo "assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". A educação é uma das áreas mais mencionadas quando pensamos nos problemas do Brasil e em formas de resolvê-los. Segundo o documento da ONU "Educação de qualidade: por que isso importa?", a educação de qualidade é um dos fatores para a quebra do ciclo de pobreza, pois um maior índice educacional está associado a melhores perspectivas de emprego, além de incentivar a adoção de hábitos mais sustentáveis e o desenvolvimento de uma cultura de paz e diversidade.

No Brasil, o oferecimento de educação de qualidade é um desafio estrutural, que foi agravado pela pandemia de Covid-19. Com o fechamento total ou parcial das escolas, muitas crianças e adolescentes não tiveram condições de acompanhar aulas em outras modalidades de ensino, como a virtual e muitas instituições de ensino não tiveram estrutura para oferecê-las.

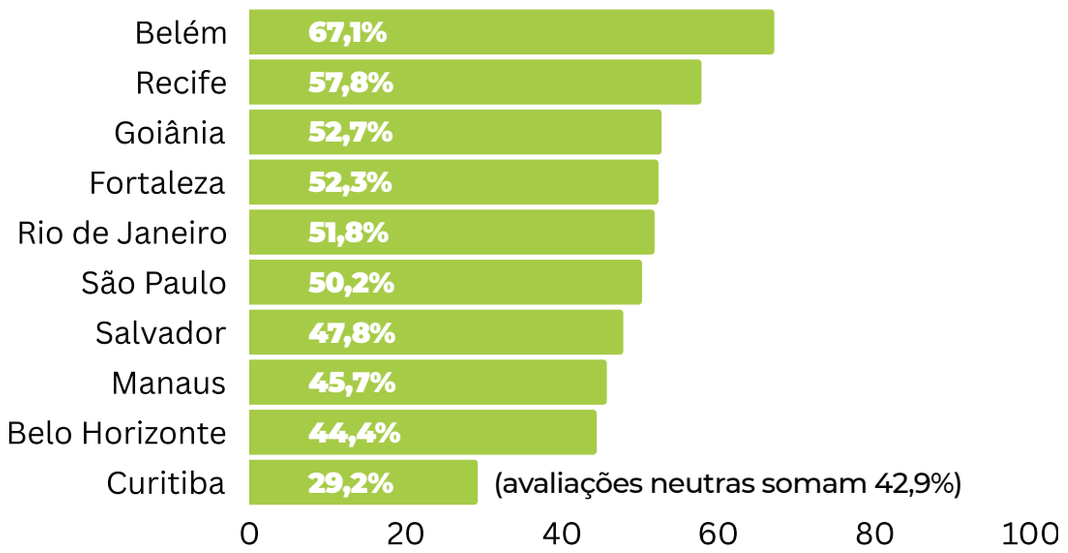
Em nosso país, a responsabilidade pelo oferecimento da educação é da União, dos estados e dos municípios, sendo que aos últimos cabe os níveis de creche (até 3 anos), pré-escolar (4 e 5 anos) e ensino fundamental (7 a 14 anos). Em 2013 foi promulgada a lei 12.796, que tornou obrigatória a matrícula na pré-escola, ao passo que o ensino fundamental é obrigatório para crianças a partir de 6 anos desde 1971. Muitos municípios estão atrasados no cumprimento das metas nacionais de educação, pois foram afetados pela crise econômica e têm poucas condições de investir na ampliação da infraestrutura escolar.

Para avaliar a educação nos municípios devemos levar em consideração indicadores como: dados de desempenho (disponíveis no Sistema Prova Brasil), salário dos professores e orçamento para merenda e para manutenção/ampliação da estrutura.

A prefeitura tem oferecido saúde pública de qualidade?

Em 9 das 10 capitais pesquisadas, a maior parte dos entrevistados pensam que a prefeitura não tem feito o suficiente para entregar serviços de saúde de qualidade. A capital com a pior avaliação é, novamente, Belém, onde 67,1% dos entrevistados não estão satisfeitos com os serviços de saúde. Mais uma vez, a exceção é Curitiba, onde 29,2% avaliaram negativamente, ao passo que 42,9% expressaram opinião neutra.

Percentual de avaliações negativas



Q24.2 A prefeitura está fazendo o suficiente para entregar uma saúde pública de qualidade para os cidadãos.Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

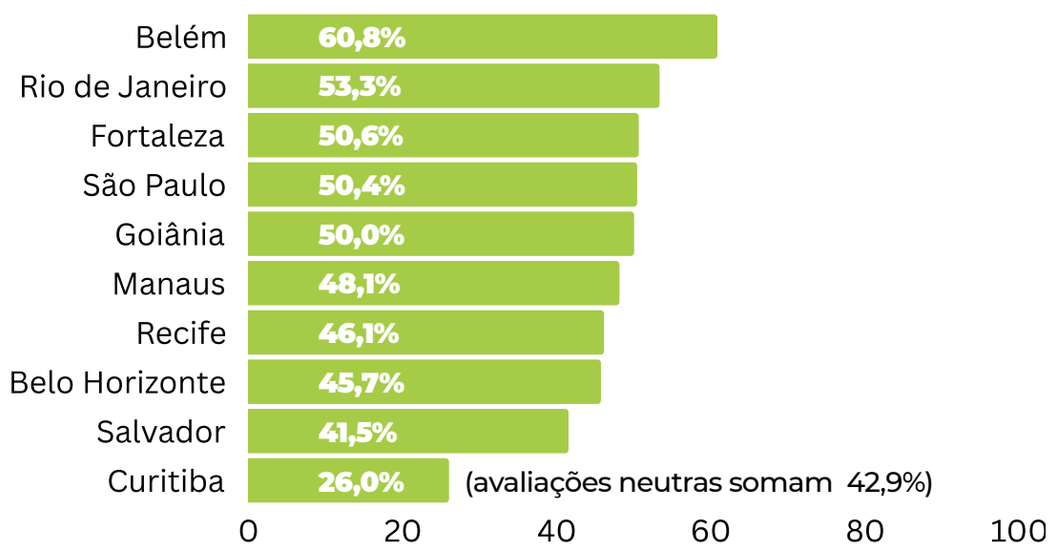
O ODS 3 propõe uma visão intersetorial para a saúde, compreendendo-a não como a ausência de doença, mas pautando sua inseparabilidade em relação ao desenvolvimento social, bem estar, participação social e fortalecimento da cidadania. De acordo com a Estratégia ODS, este Objetivo compreende "o acesso aos sistemas de saúde e o sistema de prevenção e de proteção do bem estar dos cidadãos (...), assim como novos desenvolvimentos de vacinas e pesquisas para a melhoria da saúde no planeta." Diversas organizações nacionais e internacionais de referência apontam a importância de um sistema público e universal de saúde, sendo o Sistema Único de Saúde (SUS) um grande exemplo em todo o mundo.

O Ministério da Saúde afirma que o SUS está presente em todos os 5.570 municípios brasileiros e que em mais de um terço deles não conta com rede privada, sendo o SUS a fonte exclusiva de assistência à saúde. Portanto, o SUS é importante para democratizar o acesso à saúde, não apenas pela questão econômica mas também pela geográfica, funcionando como um mecanismo robusto de combate à desigualdade. Devido à estratégia de municipalização do SUS, o município tornou-se o principal responsável pela saúde da população. Várias metas para concretizar o ODS 3 podem ser alcançadas por meio da Atenção Primária municipal, como redução da mortalidade infantil, acesso à saúde reprodutiva, combate às epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combate à hepatite, doenças transmitidas pela água, e doenças crônicas não transmissíveis.

A prefeitura trabalha para reduzir a pobreza e a desigualdade no município?

Em 9 das 10 capitais pesquisadas, a maior parte dos entrevistados pensam que a prefeitura não trabalha para reduzir a pobreza e a desigualdade no município. A capital com a pior avaliação é Belém, onde 60,8% dos entrevistados não percebem o impacto de políticas para mitigação da pobreza e da desigualdade. A exceção é Curitiba, onde 26,0% avaliaram negativamente, ao passo que 42,9% expressaram opinião neutra.

Percentual de avaliações negativas



Q23.5 A prefeitura do meu município trabalha para reduzir a pobreza e a desigualdade. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

Desde 2016, uma parte da população brasileira entrou novamente em um ciclo de empobrecimento, com fortes tendências de perda de renda e emprego nos domicílios, restrições no acesso a serviços públicos e desestruturação de políticas chaves para a assistência social. O padrão de desigualdades racial e de gênero reflete-se no perfil da pobreza no Brasil: de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, 53,3% das pessoas em situação de extrema pobreza eram mulheres e 73,7% eram negras.

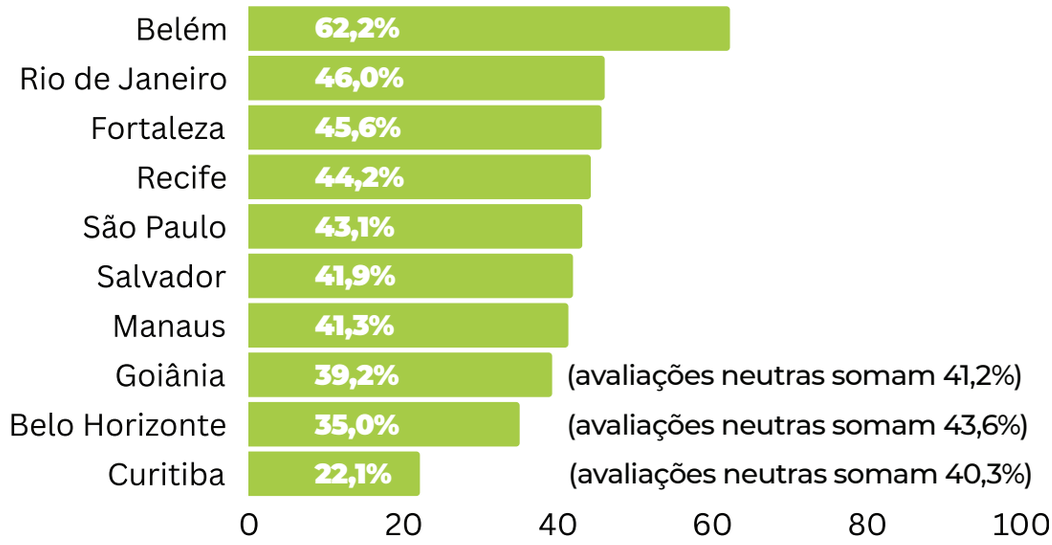
Além disso, de acordo com o VII Relatório Luz do Desenvolvimento Sustentável, a maior parte das pessoas afetadas por eventos climáticos nos últimos dez anos é negra, com agravante etário para crianças e idosos. Portanto, o foco em marcadores sociais da diferença é essencial na estruturação de políticas para combate à pobreza e à desigualdade. Nos últimos anos, a situação dos direitos humanos no Brasil também passou por um agravamento e, novamente, refletiu o padrão geral de desigualdades do país. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou, em 2022, 379.00 denúncias, e a maioria das vítimas (62,8%) foram mulheres ou meninas.

Diversas políticas de assistência social são federais, como o Programa Bolsa Família e a gestão do Cadastro Único de Programas Sociais (CADúnico), mas muitas políticas são de competência municipal e devem ser implementadas pelas prefeituras e suas secretarias, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência especializados para população em situação de rua.

A prefeitura está promovendo o desenvolvimento econômico, a geração de renda e a criação de empregos?

Em 7 das 10 capitais pesquisadas, a maior parte dos entrevistados pensam que a prefeitura não está promovendo desenvolvimento econômico nem implementando políticas para geração de emprego e renda. A capital com a pior avaliação é Belém, onde 62,2% dos entrevistados não observam ações da prefeitura para economia e empregabilidade. Em Goiânia, Belo Horizonte e Curitiba, a maior parte dos entrevistados expressaram opinião neutra, com 41,2%, 43,6% e 40,3% de pessoas que não concordam nem discordam que a prefeitura esteja promovendo políticas de desenvolvimento econômico.

Percentual de avaliações negativas



Q24.3 A prefeitura está promovendo o desenvolvimento econômico, a geração de renda e a criação de empregos. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

A concepção de crescimento econômico trabalhada pelo ODS 8 articula as esferas econômica, social e ambiental, pois o crescimento deve ser promovido com qualidade de vida e preservação ambiental. Também é importante ressaltar que o crescimento econômico sustentado aumenta os níveis de produtividade e de inovação tecnológica, devendo ser, portanto, uma preocupação política constante. Para que isso ocorra é necessário incentivar o empreendedorismo e a geração de emprego, além de investir em qualificação profissional e inovação, de forma a aproveitar o bônus demográfico atual e oferecer boas condições econômicas para os jovens. Atualmente, há 50 milhões de jovens no país, muitos deles enfrentando desemprego e dificuldades para qualificação profissional e aquisição de experiência de trabalho.

Promover a igualdade na distribuição de renda e o trabalho decente também são questões essenciais para o Brasil . Trabalho forçado e trabalho infantil ainda são realidades no país. Ademais, ainda que as taxas de desemprego venham caindo, o Brasil é um dos países mais desiguais em distribuição de renda e há graves problemas de discriminação de idade, gênero, raça e deficiência para a inserção e permanência no mercado de trabalho. Não é à toa que temos visto cada vez mais notícias sobre a "geração nem-nem", formada por pessoas que nem trabalham nem estudam.

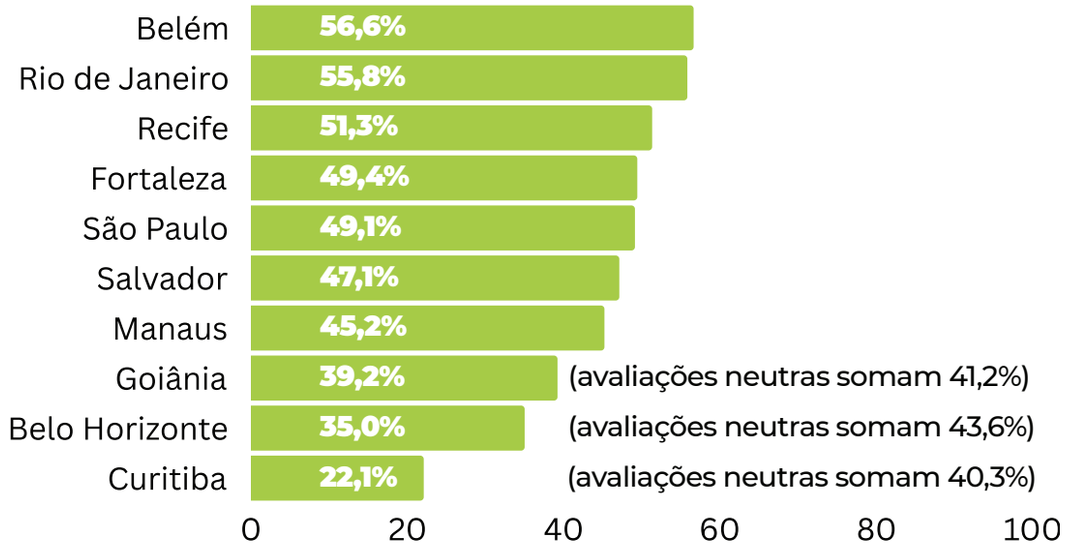
Os governos locais têm grande responsabilidade no incentivo ao crescimento econômico sustentável. De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios, as gestões de nível local, por estarem próximas à população, são capazes de identificar grupos afetados por trabalho infantil, escravo e por tráfico de pessoas, apoiar pequenos negócios por meio de serviços aos pequenos e microempreendedores, melhorar condições de trabalho do setor informal e fomentar parcerias no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Projovem Trabalhador.

O Índice Cidades Empreendedoras (ICM), elaborado anualmente pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), é uma fonte útil de informações para avaliar o ecossistema empreendedor dos municípios. O ICM avalia sete fatores determinantes para o sucesso da atividade empreendedora: ambiente regulatório, a infraestrutura, o mercado, o acesso ao capital, o suporte, a inovação, a oferta de talentos e a cultura local. Os dados fornecidos pelo Índice podem auxiliar os gestores públicos a realizar análises abrangentes e baseadas em evidências, para agir de forma eficaz e específica sobre as questões mais relevantes para o desenvolvimento das atividades empreendedoras.

A prefeitura está comprometida em manter a cidade pacífica, justa e segura?

Em 7 das 10 capitais pesquisadas, a maior parte dos entrevistados pensam que a prefeitura não está comprometida com uma cidade pacífica, justa e segura. A capital com a pior avaliação é, novamente, Belém, onde 56,6% dos entrevistados não estão satisfeitos com a gestão da comunidade municipal. As exceções são Goiânia, Belo Horizonte e Curitiba, onde a maior parte dos entrevistados têm opiniões neutras a respeito deste aspecto. Destaca-se a capital Curitiba, com a maior diferença entre o percentual de opiniões neutras e opiniões negativas.

Percentual de avaliações negativas



Q24.4 A prefeitura da minha cidade está comprometida em manter a cidade pacífica, justa e segura. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

O foco do ODS 11 é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, até o ano de 2030. Até 2030, cerca de 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. No Brasil, são 84,3% da população do país morando em cidades, o equivalente a 160 milhões de pessoas.

O crescimento da urbanização traz avanços, pois indicadores econômicos e sociais tendem a aumentar com o incremento da urbanização, mas também há desafios, como a concentração da pobreza extrema e a alta emissão de poluentes. Isso coloca para os governos locais uma necessidade de transformação significativa na forma como os espaços urbanos são construídos e gerados, para que as cidades possam se desenvolver de forma sustentável.

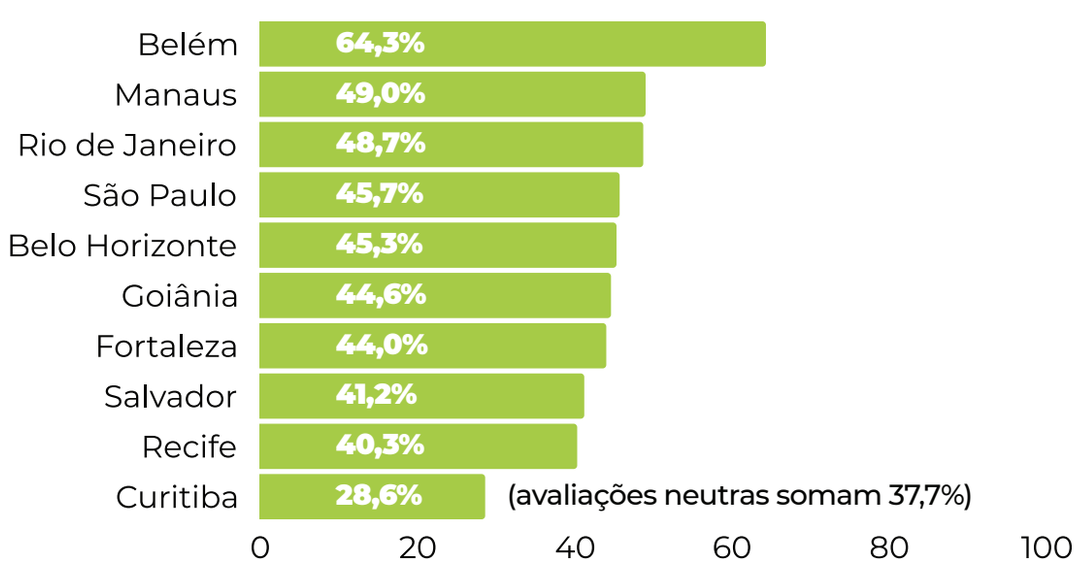
O Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001) é a principal normativa brasileira para áreas urbanas e abarca instrumentos jurídicos, tributários e urbanísticos para a consecução do direito à cidade. As diretrizes do Estatuto incluem aspectos como acesso à moradia digna, segura e com custos razoáveis, melhoria dos assentamentos de favelas, melhorias no transporte urbano, acessibilidade, criação de espaços verdes, gestão participativa e planejamento para prevenção e mitigação de desastres ambientais e climáticos.

Atualmente, cidades que promovem o crescimento econômico sustentável por meio de investimento em capital humano, tecnologia, infraestrutura urbana e desenvolvimento social são consideradas "cidades inteligentes". As smart cities, assim chamadas na nomenclatura original em inglês, buscam promover o uso eficiente dos recursos públicos para melhoria da vida da população e, para isso, têm na inovação constante e nas sinergias entre governos, sociedade civil e iniciativa privada dois relevantes fatores. Esses objetivos estão fortemente ligados ao tripé da sustentabilidade (sociedade, meio ambiente e economia) e, para apoiar o desenvolvimento urbano sustentável no Brasil, destaca-se o Projeto ANDUS, cuja missão é apoiar o aprimoramento de políticas públicas, com base na Agenda 2030, na Nova Agenda Urbana e no Acordo de Paris sobre mudança climática.

A prefeitura escuta as necessidades da população e promove a participação pública dos cidadãos?

Em 9 das 10 capitais pesquisadas, a maior parte dos entrevistados pensam que a prefeitura não escuta as necessidades da população e não promove a participação pública dos cidadãos. A capital com a pior avaliação é Belém, onde 64,3% dos entrevistados não se sente escutado pela prefeitura nem incentivado à participação pública. A exceção é Curitiba, onde 28,6% avaliaram negativamente, ao passo que 37,7% expressaram opinião neutra.

Percentual de avaliações negativas



Q23.4 A prefeitura escuta as necessidades da população e promove a participação pública dos cidadãos. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

No Estado Democrático de Direito, considera-se que as instituições públicas devem não apenas cumprir seu dever formal e objetivo, mas devem fazê-lo com participação social, responsabilização e prestação de contas. As instituições devem ser abertas e permeáveis aos cidadãos e suas demandas, que é tanto um pré-requisito para seu bom funcionamento, quanto um indicativo da garantia do espaço cívico e das liberdades civis na sociedade.

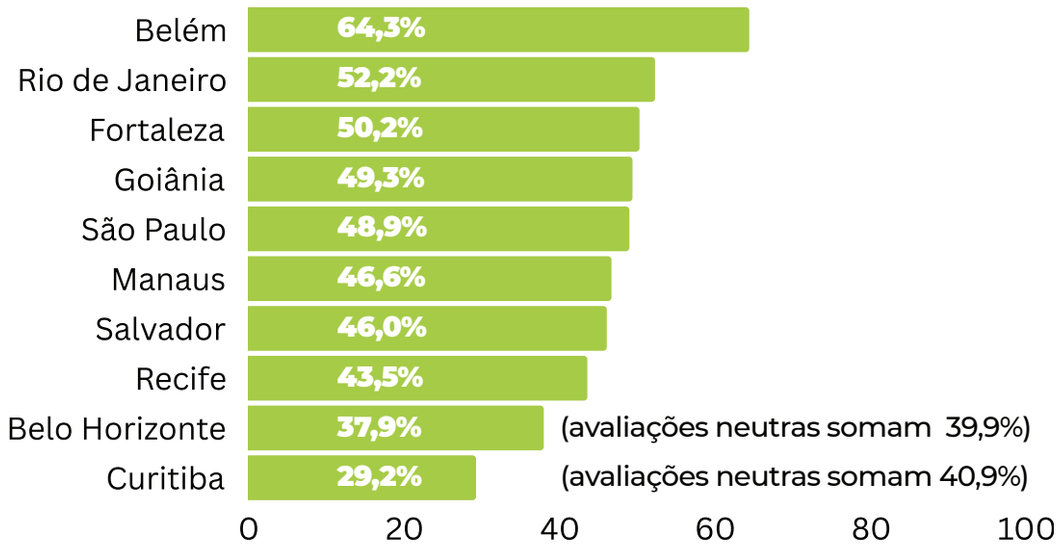
A esfera municipal é a esfera mais imediata de relacionamento dos cidadãos com o poder público, por isso a promoção da transparência, da prestação de contas e da participação nos municípios é essencial para a consecução do ODS 16. De acordo com a publicação Recomendações de Transparência e Governança Pública para Prefeituras, da Transparência Internacional, isso pode ser feito de diversas formas, com vários instrumentos, como regulamentação da Lei de Acesso à Informação, elaboração de Políticas de Dados Abertos, disponibilização de Portal da Transparência e Ouvidorias, fortalecimento de Conselhos Municipais, realização de audiências públicas, entre outros.

Nesse sentido, é importante que os municípios fortaleçam os pilares do governo aberto e da eficiência, e promovam uma cultura de constante avaliação dos serviços públicos. O Brasil conta com relevantes instrumentos de avaliação, a exemplo da lei 13.460/2017, também conhecida como Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, que já está em vigor nos níveis federal, estadual e municipal. Essa lei destaca a avaliação como requisito para melhora dos serviços públicos e consolida instrumentos para que os cidadãos sejam avaliadores qualificados. Além disso, traz obrigações para os municípios, como a aplicação de avaliações padronizadas e periódicas, criação de conselhos de usuários, elaboração de Cartas de Serviços e sistematização dos direitos e dos deveres dos usuários dos serviços públicos.

A prefeitura trabalha de forma eficiente e transparente?

Em 8 das 10 capitais pesquisadas, a maior parte dos entrevistados pensam que a prefeitura não tem sido eficiente e transparente na prestação de serviços públicos. A capital com a pior avaliação é, novamente, Belém, onde 64,3% dos entrevistados não observam eficiência e transparência nas ações da prefeitura. Mais uma vez, a exceção é Curitiba, onde 29,2% avaliaram negativamente, ao passo que 40,9% expressaram opinião neutra. A outra exceção é Belo Horizonte, com 37,9% de avaliações negativas e 39,9%, neutras.

Percentual de avaliações negativas



Q24.5 A prefeitura da minha cidade trabalha de forma eficiente e transparente para os cidadãos.Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

A transparência das instituições é um requisito fundamental do Estado Democrático de Direito. Instituições opacas e insuladas não possibilitam o escrutínio público e, portanto, não são passíveis de avaliação quanto aos serviços prestados e sua adequação aos princípios e normas constitucionais. A transparência possui duas relevantes dimensões: a ativa, base para a concepção de governo aberto, em que o Estado deve tomar iniciativa de divulgar informações relevantes de maneira acessível, oferecendo dados para monitoramento e avaliação por parte dos cidadãos; e a passiva, em que o Estado, quando solicitado, deve disponibilizar informações de interesse público e que não coloquem em risco a sociedade e a segurança nacional, fazendo jus à concepção do acesso à informação como direito fundamental.

A visão de governo aberto pauta-se em quatro princípios: transparência; prestação de contas e responsabilização; participação cidadã; e tecnologia e inovação. A conceituação da Agenda Pública sobre a temática aponta que quando municípios implementam programas de governo aberto, podem ser alcançados resultados como fortalecimento de mecanismos de controle interno; melhoria da interação com a sociedade em instâncias da prestação de serviços públicos e da construção de políticas públicas; promoção da integridade; qualificação da participação cidadã e Identificação das vocações locais e regionais.

A Controladoria-Geral da União (CGU) tem sido uma referência na melhoria da transparência na gestão pública e na promoção da agenda de governo aberto. Dentre suas ações de relevo está a publicação do Mapa Brasil Transparente, que inclui a Escala Brasil Transparente (EBT). O objetivo da EBT é avaliar a transparência ativa e a passiva em estados e municípios e, como prática institucional, contribuir para "aprofundar o monitoramento da transparência pública e possibilitar o acompanhamento das ações implementadas por estados e municípios na promoção do acesso à informação." Além disso, o Mapa disponibiliza orientações para auxiliar gestores públicos a aprimorarem a transparência em suas localidades.

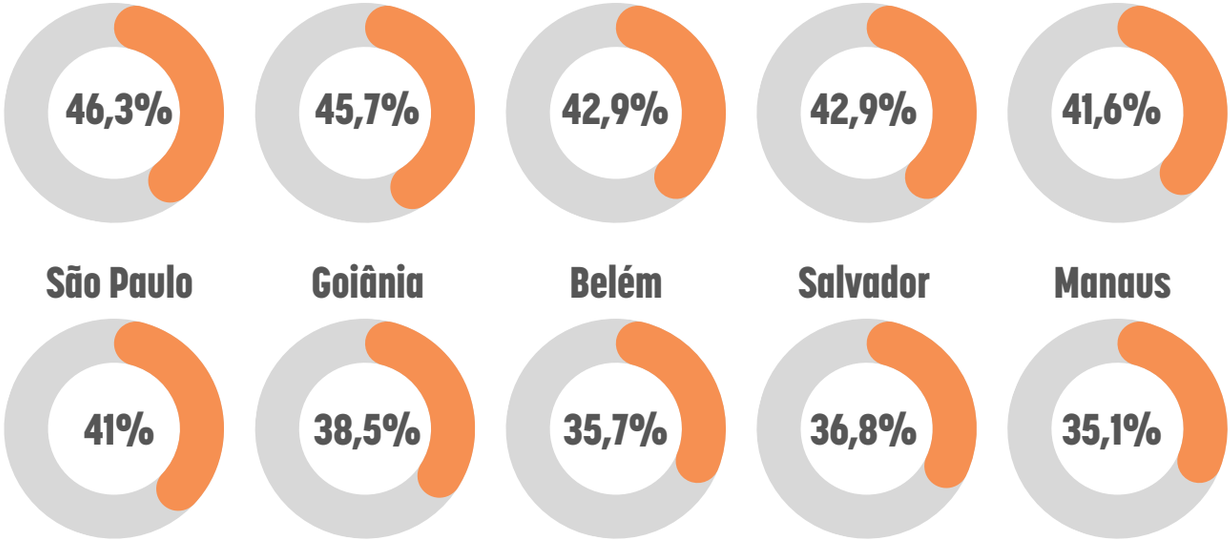
OPINIÕES DIVERSAS

Usuários dos serviços públicos concordam que suas prefeituras estejam trabalhando pela igualdade de gênero?

41% do total de entrevistados nem concorda nem discorda que sua prefeitura promova a inclusão social e a igualdade de gênero, sendo a única dimensão em que a maioria não apresenta nem concordância nem discordância. É necessário que as prefeituras promovam políticas públicas não apenas para combater desigualdades e violências, mas também para trazer o tema para o debate público e aproximá-lo da população.

Percentual de avaliações neutras por município

Fortaleza | Belo Horizonte | Rio de Janeiro | Recife | Curitiba



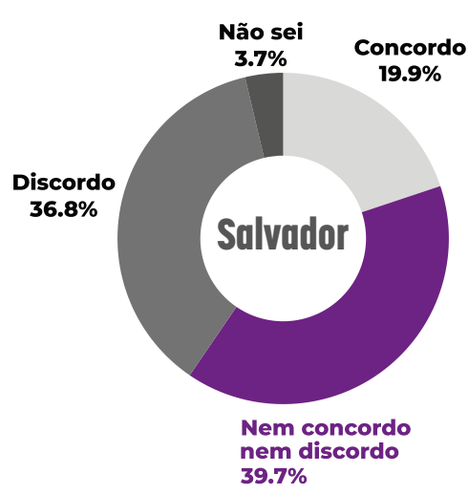
Q23.1 A prefeitura da minha cidade está promovendo a igualdade de gênero e a inclusão social. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

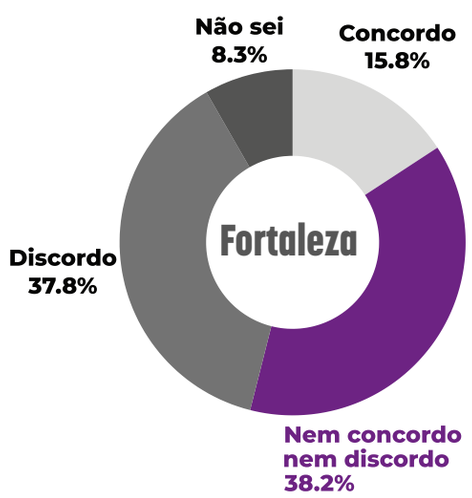
Transversal à toda a Agenda 2030, a igualdade de gênero possui efeitos multiplicadores na promoção do desenvolvimento sustentável. A melhora nas condições de acesso à educação e à saúde para meninas e mulheres é um importante legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao qual se somam outras áreas, como combate à violência de gênero, empoderamento feminino, participação política, acesso ao mercado de trabalho e justiça ambiental. No Brasil, ainda temos muito o que avançar na promoção da igualdade de gênero: o país ocupa a 92ª posição em um ranking de 153 países, e apresentou retrocessos, principalmente durante a pandemia. O que evitou um retrocesso ainda maior foi o importante arcabouço legal e político conquistado a partir de lutas sociais, com destaque para a Política Nacional de Atenção Integral de Saúde da Mulher e a Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/06, atualizada em 2022). No contexto da Política Nacional, o atendimento à mulher é garantido em todas as unidades de saúde do município, e no âmbito da Lei Maria da Penha, é importante que todo município tenha Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) para acolher as mulheres vítimas de violência, evidenciando a importância do engajamento das prefeituras para alcançarmos o ODS de igualdade de gênero.

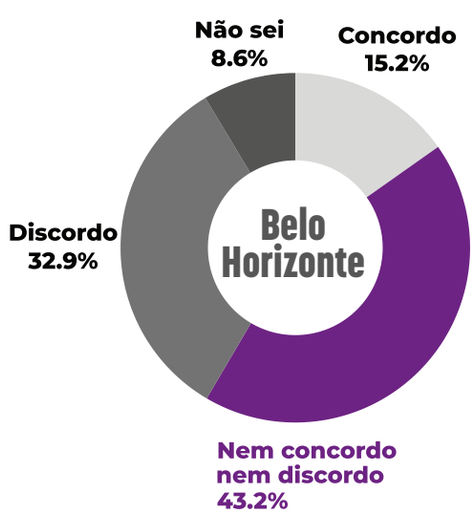
A prefeitura protege o meio ambiente e combate às mudanças climáticas?

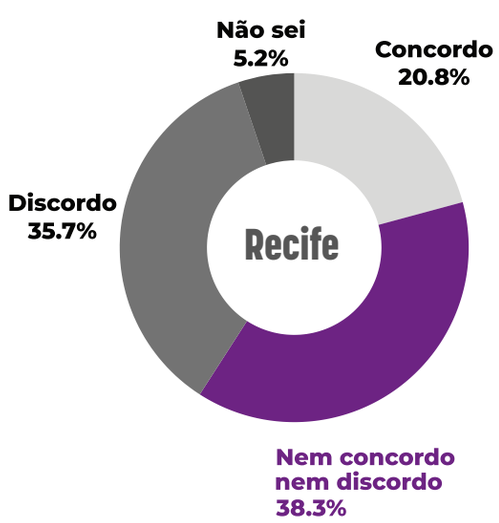
A maior diversidade de opiniões encontra-se na dimensão ambiental e climática. Em Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e Recife, a maior parte dos entrevistados nem concorda nem discorda que a prefeitura esteja promovendo ações de proteção ao meio ambiente e combate às mudanças climáticas, tendo, portanto, opiniões neutras. Em Curitiba, a maior parte dos entrevistados percebe as políticas ambientais e climáticas da prefeitura. Já em São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Goiânia e Belém, a maior parte dos entrevistados não enxerga o impacto da prefeitura por meio de políticas ambientais e climáticas.

Percentual de avaliações neutras



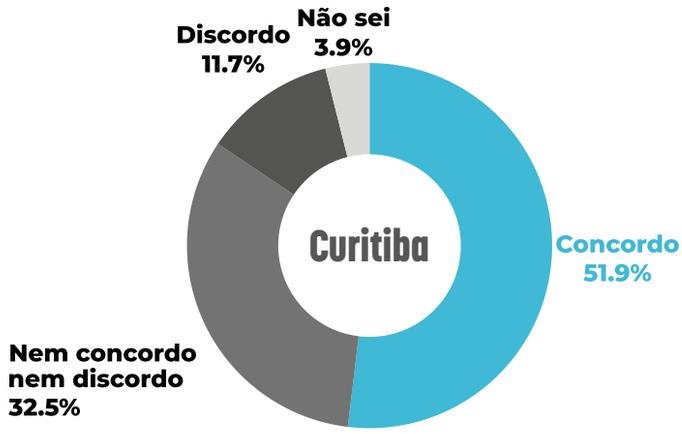






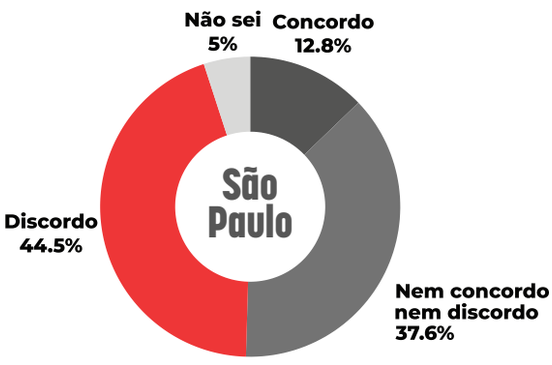
Q23.2 A prefeitura do meu município protege o meio ambiente e promove ações de combate às mudanças climáticas. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

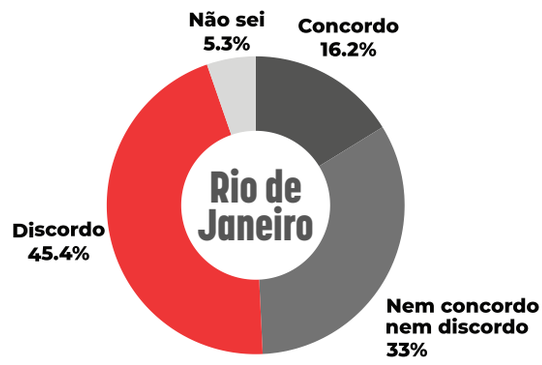
Percentual de avaliações positivas

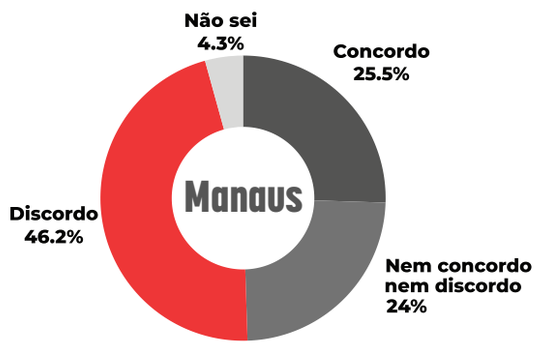


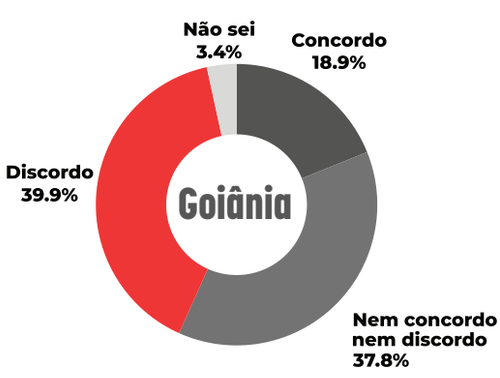
Q23.2 A prefeitura do meu município protege o meio ambiente e promove ações de combate às mudanças climáticas. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

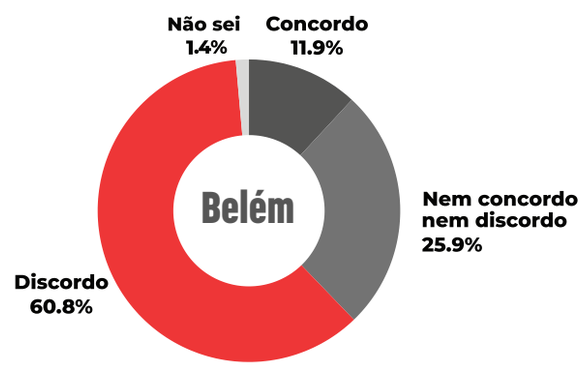
Percentual de avaliações negativas











Q23.2 A prefeitura do meu município protege o meio ambiente e promove ações de combate às mudanças climáticas. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 225, que todos têm direito a um meio ambiente equilibrado e à qualidade de vida. Para tanto, impõe a tutela socioambiental como competência comum aos entes federados, com predominância do nível municipal. A Constituição também estabelece, no artigo 170, restrições ambientais às atividades econômicas, que serão orientadas "pela defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação."

A municipalização das políticas ambientais segue diretrizes internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e, assim, passam a ser competência dos governos municipais áreas como sistemas sustentáveis de mobilidade urbana, monitoramento e redução da emissão de gases do efeito estufa, controle de atividades industriais poluentes, organização de sistemas de coleta e reciclagem de resíduos, fiscalização e controle de áreas de reserva florestal, prevenção e mitigação de desastres ambientais, coleta e tratamento de esgoto.

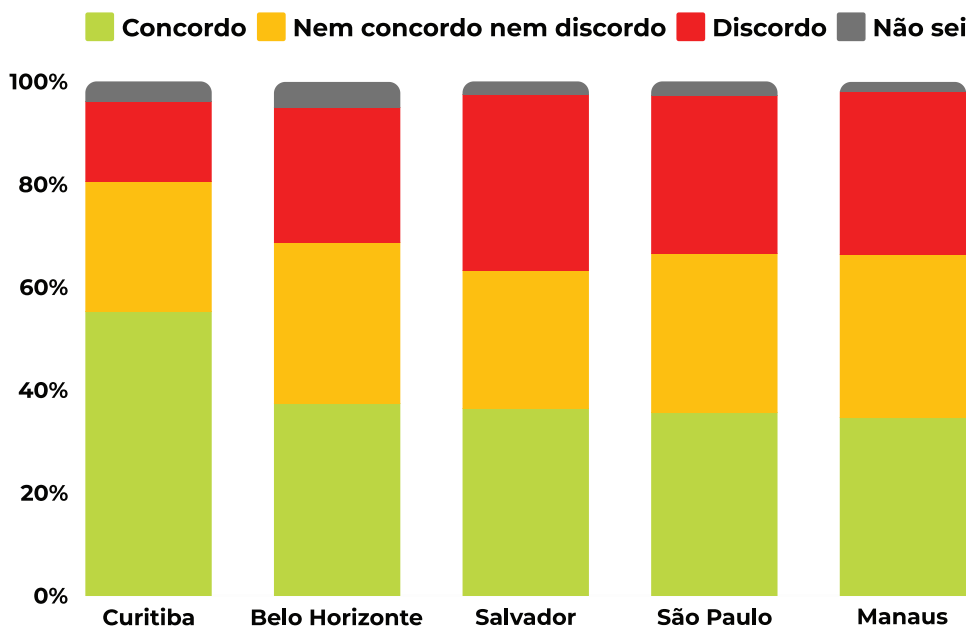
Além disso, há uma série de normativas federais que trazem obrigações aos municípios, como o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Pnap), a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Biodiversidade, a participação na coleta de dados para o Inventário Florestal Nacional e a instituição do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Uma forma de garantir recursos e prioridade política aos projetos de preservação do meio ambiente é sua inclusão no Plano Plurianual (PPA) do município.

OPINIÕES POSITIVAS

Saneamento é o único serviço público com avaliação predominantemente positiva.

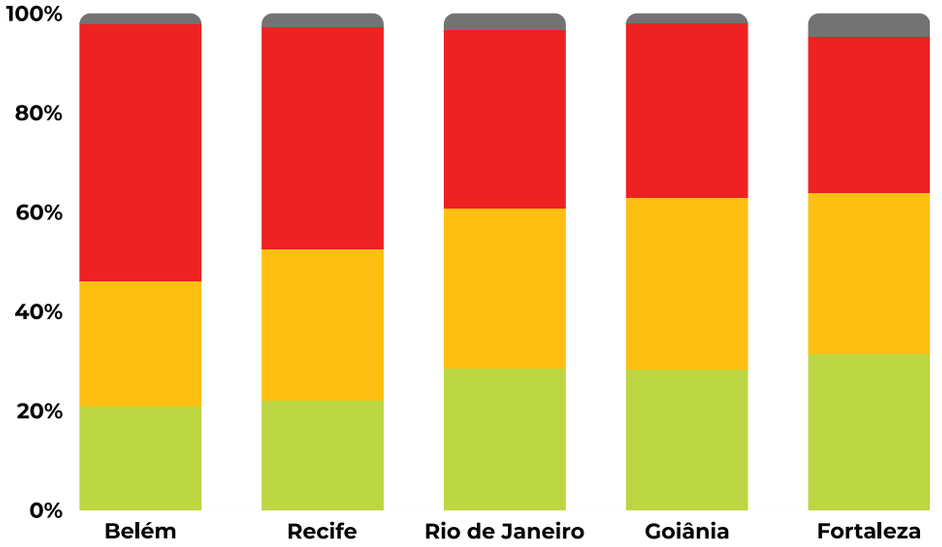
Em 5 dos 10 municípios pesquisados, a maior parte dos entrevistados concorda que a prefeitura esteja garantindo acesso à água potável, esgoto e coleta de lixo de forma igualitária. Entretanto, os dados numéricos revelam um panorama distinto do apresentado pela percepção dos entrevistados. O Ranking do Saneamento 2023, elaborado pelo Instituto Trata Brasil com dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) revela que, apesar da tendência de melhora nos serviços, o avanço segue um ritmo baixo. Entre 2019 e 2020, houve melhora nos índices de cobertura de água tratada (de 93,5% para 94,4%), coleta de esgoto (de 74,5% para 75,7%) e tratamento de esgoto (de 62,2% para 64,1%). Entretanto, os índices de perda de água na distribuição aumentaram (de 35,7% para 36,3%), indicando que há mais desperdício.

Entre as 20 cidades do ranking com melhores serviços de saneamento, estão São Paulo, Curitiba e Goiânia. Entre as 20 piores estão Belém, Manaus e Recife. Ocupam posições intermediárias o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza.



Q23.3 A prefeitura do meu município garante acesso à água potável, esgoto e coleta de lixo para todos os cidadãos. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

Nos outros municípios, a maior parte dos entrevistados avaliam o acesso à água potável, esgoto e coleta de lixo de forma negativa ou neutra.



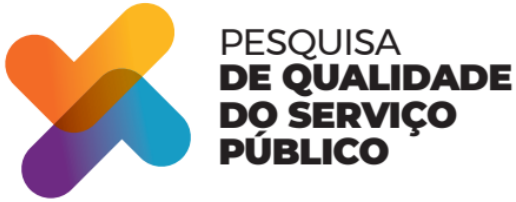
Q23.3 A prefeitura do meu município garante acesso à água potável, esgoto e coleta de lixo para todos os cidadãos. Quanto você concorda com cada uma dessas frases? (ESTIMULADA - RESPOSTA ÚNICA).

O Ranking do Saneamento 2023, elaborado pelo Instituto Trata Brasil, aponta que 100 milhões de pessoas não têm rede de esgoto no território brasileirol. De acordo com dados do IBGE, a falta de saneamento mata 11 mil pessoas por ano no país, devido a doenças facilmente evitáveis, mas que levam a óbito por contaminação.

Três anos após a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico (lei 14.026/2020), o Brasil ainda precisa investir R$ 149,5 bilhões, dos quais R$ 101,9 bilhões devem ser direcionados para infraestrutura de coleta de esgotos, enquanto R$ 47,6 bilhões devem ser investidos no tratamento. Essas cifras, presentes no Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, apontam para o horizonte da universalização dos serviços de esgotamento sanitário no Brasil até 2035. Entretanto, os valores atualmente investidos fazem a meta parecer distante. Além disso, há uma grande desigualdade entre os municípios brasileiros na cobertura de saneamento básico. Nos 20 municípios com as melhores condições de saneamento, apontados pelo Ranking do Saneamento 2023, o índice de tratamento de esgoto é de aproximadamente 80%, enquanto nos 20 com as piores condições, o índice é cerca de 20%.

Uma importante normativa no âmbito dos municípios é o Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico), que aborda de forma integrada quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Apesar de o Novo Marco Legal do Saneamento Básico (lei 14.026/2020) prever a regionalização do serviço, a competência principal por seu oferecimento é do município e deve ser realizado de acordo com as diretrizes do Plansab.

FICHA TÉCNICA



Coordenação técnica: Sergio Andrade
Análise de dados: Natália Araújo
Data visualization: Natália Araújo e Tiago Rocha
Comunicação: Em Foco
A pesquisa de opinião foi desenvolvida pelo Instituto IDEIA.